As quebradeiras de coco babaçu no Brasil e as coletoras de café na Colômbia sob as perspectivas feministas das Relações Internacionais de 2020 a 2022

Julia Peixoto Palmeira Silva [1]

Recibido el 02/03/2026
Aprobado el 21/09/2026

Cómo citar este artículo:
Silva, J.P.P. (2026). As quebradeiras de coco babaçu no Brasil e as coletoras de café na Colômbia sob as perspectivas feministas das Relações Internacionais de 2020 a 2022. Trans-pasando Fronteras, 23. https://doi.org/10.18046/retf.i23.8282

1 Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)

Resumo

Este artigo analisa as experiências das quebradeiras de coco babaçu no Brasil e das coletoras de café na Colômbia sob as perspectivas feministas das Relações Internacionais. Partindo do recorte temporal de 2020 a 2022, a pesquisa investiga como essas mulheres, frequentemente invisibilizadas nas discussões econômicas e políticas, enfrentam desafios estruturais relacionados ao gênero, ao trabalho, ao território e à sustentabilidade. A partir de uma abordagem qualitativa e comparativa, o estudo utiliza bibliografia especializada e fontes institucionais, acadêmicas e documentais para analisar as formas de organização, resistência e participação dessas trabalhadoras, tendo as quebradeiras de coco babaçu como foco principal e as coletoras de café colombianas como elemento comparativo. A análise mobiliza contribuições das teorias feministas das Relações Internacionais, da perspectiva decolonial e da interseccionalidade, buscando compreender como gênero, raça, classe e território atravessam as experiências dessas mulheres e contribuem para sua posição nas relações de poder. Os resultados evidenciam diferentes formas de organização e resistência nos dois contextos, bem como os limites da produção de visibilidade e reconhecimento dessas comunidades no âmbito político e social.

Palavras-chave: Quebradeiras de coco babaçu; coletoras de café; feminismo; Relações Internacionais; interseccionalidade.

Abstract

This article analyzes the experiences of *quebradeiras de coco babaçu* in Brazil and coffee collectors in Colombia from the perspective of feminist theories in International Relations. Focusing on the period from 2020 to 2022, the research investigates how these women, often rendered invisible in economic and political discussions, face structural challenges related to gender, labor, territory, and sustainability. Based on a qualitative and comparative approach, the study draws on specialized literature and institutional, academic, and documentary sources to analyze the forms of organization, resistance, and participation of these workers, with the *quebradeiras de coco babaçu* as the main focus and Colombian coffee collectors as a comparative element. The analysis draws on contributions from feminist International Relations theories, decolonial perspectives, and intersectionality in order to understand how gender, race, class, and territory shape these women's experiences and their position within relations of power. The findings highlight different forms of organization and resistance in the two contexts, as well as the limits surrounding the visibility and recognition of these communities in political and social spheres.

Keywords: Quebradeiras de coco babaçu; coffee collectors; feminism; International Relations; intersectionality.

Introdução

Nos estudos de Relações Internacionais, as teorias feministas emergem como uma lente crítica para analisar as dinâmicas de poder, opressão e resistência em diferentes contextos sociopolíticos. Este artigo parte dessa perspectiva para investigar como essas teorias dialogam com as vivências de mulheres em comunidades marginalizadas, explorando as realidades das quebradeiras de coco babaçu no Brasil e das coletoras de café na Colômbia. Ao tomar essas experiências como objeto de análise, busca-se evidenciar como relações de gênero, trabalho e território também constituem relações de poder relevantes para os estudos de Relações Internacionais.

Nesse sentido, a pesquisa parte da compreensão de que as experiências dessas trabalhadoras não se restringem às relações locais de gênero e trabalho, uma vez que também se articulam a questões relacionadas ao território, à exploração econômica, produção de conhecimento e às estruturas históricas de poder. A perspectiva feminista das Relações Internacionais permite, assim, deslocar o olhar de atores e espaços tradicionalmente privilegiados pela disciplina e considerar as experiências dessas mulheres como relevantes para a compreensão das relações de poder que atravessam diferentes escalas.

Este trabalho tem como objetivo explorar como as teorias feministas das RI impactam e dialogam com as realidades dessas mulheres, tendo as quebradeiras de coco babaçu como foco principal e as coletoras de café colombianas como elemento comparativo. A pesquisa articula bibliografia especializada, fontes institucionais, acadêmicas e documentais para analisar as experiências dessas comunidades entre 2020 e 2022, considerando aspectos relacionados ao gênero, ao trabalho, ao território e às formas de organização e resistência. A análise busca compreender de que maneira as perspectivas feministas das Relações Internacionais contribuem para identificar relações de poder e formas de resistência presentes nesses contextos.

Para responder aos objetivos propostos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa fundamentada no método comparativo, delimitada pelo recorte temporal de 2020 a 2022. Embora o recorte empírico esteja situado nesse período, referências históricas anteriores são mobilizadas para contextualizar a formação e a trajetória das comunidades analisadas. A escolha do biênio 2020–2022 justifica-se pelo impacto direto da pandemia de COVID-19 nas cadeias produtivas e pela concomitante intensificação do ativismo digital da quarta onda feminista. O corpus documental organiza-se a partir de três eixos: a revisão bibliográfica das teorias feministas e decoloniais das Relações Internacionais; a análise documental de relatórios institucionais do Movimento

Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e da *Federación Nacional de Cafeteros de Colombia* (FNC); e o mapeamento de mídias digitais e redes sociais relacionadas às comunidades analisadas no período pandêmico.

Para organizar a leitura, este artigo está dividido em quatro seções principais. A primeira seção aborda os movimentos feministas e sua evolução histórica, com foco nas teorias feministas das Relações Internacionais e suas contribuições para a análise de comunidades marginalizadas. Na segunda seção, explora-se o caso das quebradeiras de coco babaçu, destacando como suas práticas e resistências dialogam com conceitos e paradigmas das Relações Internacionais. A terceira seção traz a discussão sobre as coletoras de café colombianas, considerando suas condições de trabalho e os desafios relacionados a gênero, território e organização social. A quarta seção articula ambos os grupos com a quarta onda do feminismo. Por fim, as considerações finais sintetizam os achados do estudo, retomando as principais relações identificadas entre gênero, trabalho, território e poder nos dois contextos analisados.

1. Os movimentos feministas

Ao longo da história, as mulheres sempre resistiram à subordinação masculina. À medida que a sociedade é formada por diferentes grupos com diferentes características, as regras implementadas a elas não são naturais, e devem ser repensadas, visto que colaboram para o surgimento das desigualdades sociais e de gênero. É possível perceber a movimentação das mulheres frente às mudanças sociais e de opressão ainda no século XVII: com a Primeira Revolução Industrial, surge a classe assalariada de mulheres. Isso posteriormente culmina nos organizados movimentos sociais no século XIX (Rezende, 2023). Essa trajetória histórica é relevante para compreender a formação de diferentes perspectivas feministas que, posteriormente, passaram a questionar não apenas as desigualdades de gênero, mas também as relações de poder que as sustentam.

A linha do tempo histórica do feminismo é frequentemente organizada por meio da metáfora das "ondas", utilizada para identificar diferentes momentos de mobilização e transformação do movimento. Embora essa divisão facilite a compreensão de determinadas conjunturas históricas, ela também apresenta limitações, pois pode transmitir a ideia de uma trajetória linear e homogênea do feminismo, invisibilizando a diversidade de experiências, temporalidades e formas de organização existentes entre diferentes grupos de mulheres. Por essa razão, neste artigo, a noção de "ondas" é utilizada apenas como uma categoria descritiva e analítica, e não como uma periodização universal da história feminista.

A primeira "onda" do feminismo, organizada entre as décadas de 1850 e 1860 no contexto europeu e norte-americano, ficou conhecida por lutar contra o monopólio masculino sobre a educação, as carreiras profissionais e a cultura, além de contestar os baixos salários e reivindicar maior controle sobre o próprio corpo (LeGates, 1996). Entre os séculos XVII e XIX, os movimentos sufragistas constituíram importantes formas de mobilização pela conquista do direito ao voto feminino, tendo iniciado sua organização na Inglaterra e posteriormente se expandido para outros contextos. Mesmo diante de conquistas como o direito à propriedade e ao controle de bens, a primeira onda apresentou limitações relacionadas à representação de diferentes grupos de mulheres.

A maioria das mulheres engajadas nos movimentos anteriormente mencionados era branca e pertencente às classes média e alta. Questões relacionadas à raça e à classe receberam menor atenção nas pautas de libertação feminina, contribuindo para a marginalização de mulheres pobres e não brancas (LeGates, 1996). Essas limitações contribuíram para que, nas décadas seguintes, as diferenças entre as experiências das mulheres ganhassem maior espaço nos debates feministas, questionando a ideia de que existiria uma experiência feminina universal.

Iniciada na década de 1960, sob influência do contexto político da Guerra Fria, a segunda onda apresentou uma agenda mais diversificada, marcada pela utilização de termos como "opressão" e "libertação". Para Jaggar (1983), essa geração consolidou o feminismo como arcabouço teórico, reunindo diferentes correntes, entre elas o feminismo liberal, o radical e o marxista. O feminismo liberal concentra-se na igualdade legal e política, defendendo mudanças dentro das estruturas existentes, como a ampliação da representação feminina e a eliminação de barreiras legais à participação das mulheres. O feminismo radical identifica o patriarcado como elemento central da opressão, defendendo transformações estruturais e questionando a sexualidade e a reprodução como espaços de controle. Por sua vez, o feminismo marxista relaciona a opressão de gênero às estruturas capitalistas, destacando a exploração das mulheres como força de trabalho e a importância do trabalho doméstico não remunerado. Essas correntes frequentemente dialogam, embora apresentem divergências quanto às suas prioridades e estratégias.

Expandindo a luta para além dos direitos civis, a segunda onda questionou estruturas relacionadas à desigualdade de gênero. Entre suas pautas estiveram os direitos reprodutivos, a sexualidade, a violência doméstica e a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Em diferentes países, essas mobilizações estiveram relacionadas à criação de legislações contra a discriminação, à ampliação da participação das mulheres em espaços de liderança e à criação de

estruturas de apoio a vítimas de violência.

A terceira onda, situada entre a década de 1980 e meados da década de 1990, foi marcada pela ampliação dos debates críticos sobre gênero, identidade e diferenças entre as experiências das mulheres, acompanhando a emergência de novas perspectivas acadêmicas e políticas. Nesse contexto, ganharam espaço críticas às formulações universalizantes do feminismo e às ideias de uma experiência feminina homogênea. A terceira onda também foi marcada pela chamada "ongzação" do movimento, processo no qual pautas feministas passaram a ser institucionalizadas por organizações não governamentais e financiadores internacionais, muitas vezes direcionando suas agendas para projetos específicos em detrimento da militância autônoma. O movimento também se destacou pela discussão sobre a sexualização das mulheres e pela desconstrução do conceito de uma irmandade feminina global (Rezende, 2023). A partir dessa crítica, torna-se possível reconhecer que diferentes grupos de mulheres podem vivenciar situações de opressão de maneiras distintas, de acordo com suas condições sociais, raciais, econômicas e territoriais.

Por fim, a mais recente onda feminista, que ascendeu com o início do século XXI, constitui uma categoria ainda objeto de debate acadêmico e político. A nova geração apresenta uma agenda abrangente, favorecida pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, que ampliaram as possibilidades de circulação de informações e participação em debates feministas. Contudo, a definição de uma "quarta onda" não é consensual na literatura e, neste trabalho, é utilizada como uma categoria analítica para compreender formas contemporâneas de mobilização feminista, especialmente aquelas mediadas por tecnologias digitais (Rezende, 2023). A internet permite que diferentes mulheres tenham acesso aos mesmos debates e participem deles, inclusive de maneira anônima. Esse processo pode ampliar a circulação de informações e dar visibilidade a comunidades historicamente marginalizadas, embora o acesso desigual às tecnologias também possa produzir novas formas de exclusão.

No contexto latino-americano, o feminismo assume características próprias, marcadas por diferentes experiências de colonialidade, desigualdade e interseccionalidade, além das lutas de comunidades historicamente marginalizadas. Maria Lugones, em sua formulação sobre a colonialidade do gênero, contribui para essa discussão ao analisar como o processo colonial articulou classificações raciais e formas específicas de organização das relações de gênero. Sua perspectiva permite compreender como raça e gênero foram constituídos de maneira articulada no processo colonial, sendo relevante para questionar enfoques eurocêntricos e analisar as experiências de mulheres latino-americanas.

No Brasil, o feminismo se depara com uma realidade marcada pela articulação entre desigualdades de gênero, raça e classe. Lélia Gonzalez (2020) desenvolveu o conceito de "amefricanidade" como forma de reconhecer as raízes da cultura e das experiências históricas das populações negras na América Latina, destacando os efeitos do colonialismo sobre essas populações e suas formas de resistência. Heleieth Saffioti (2004), por sua vez, aborda as relações entre patriarcado, capitalismo e exploração do trabalho das mulheres, especialmente entre aquelas pertencentes às classes mais baixas. As contribuições dessas autoras permitem analisar o feminismo brasileiro a partir da articulação entre gênero, raça, classe e os efeitos históricos da colonialidade, contribuindo para uma compreensão mais ampla das desigualdades estruturais.

A incorporação dessas perspectivas é particularmente relevante para as Relações Internacionais, uma vez que as teorias feministas da disciplina questionam a centralidade atribuída aos Estados, aos atores considerados tradicionais e às concepções de poder construídas predominantemente a partir de experiências masculinas. Ao deslocar o olhar para sujeitos e espaços historicamente marginalizados, essas abordagens permitem analisar como relações de gênero, trabalho, território e desigualdade também participam da constituição das relações de poder em diferentes escalas. É nesse sentido que as experiências das quebradeiras de coco babaçu no Brasil e das coletoras de café na Colômbia são incorporadas à análise deste artigo.

As quebradeiras de coco babaçu e as coletoras de café constituem grupos de mulheres inseridas em atividades produtivas fundamentais para suas comunidades e para as economias locais e nacionais, embora suas experiências permaneçam, em diferentes graus, pouco visibilizadas nas análises tradicionais das relações econômicas e políticas. Embora as atividades desenvolvidas pelos dois grupos sejam distintas, ambas as experiências permitem analisar a relação entre gênero, trabalho e território no contexto latino-americano. A comparação não pressupõe que as duas comunidades possuam trajetórias, identidades ou formas de organização idênticas. Ao contrário, busca identificar aproximações e diferenças nas condições em que essas mulheres desenvolvem suas atividades, nas formas de organização coletiva e nas estratégias utilizadas para reivindicar reconhecimento e direitos.

2. As quebradeiras de coco babaçu

As quebradeiras de coco babaçu constituem um grupo de trabalhadoras rurais cuja atividade está diretamente relacionada à subsistência de suas famílias, à economia de comunidades rurais e à preservação dos babaçuais. Presentes principalmente nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins

Trans-pasando Fronteras, Núm. 22, 2025. Cali-Colombia
ISSN 2248-7212 • ISSN-e 2322-9152

e Pará, essas mulheres desenvolvem atividades de coleta, transporte, quebra e aproveitamento do coco babaçu, enfrentando historicamente dificuldades relacionadas ao acesso à terra, às condições de trabalho, à remuneração e ao reconhecimento de sua atividade produtiva (Araújo e Silva, 2017). O número de trabalhadoras apresentado em versões anteriores deste estudo, superior a 300 mil, deverá ser mantido somente mediante a identificação de uma fonte específica que sustente essa estimativa (MIQCB, 2024).

O babaçu possui importância econômica e social para as comunidades que dependem de sua exploração. A palmeira está presente em diferentes áreas da região Norte e em zonas do Cerrado e da Caatinga, e seu fruto pode ser aproveitado para diferentes finalidades, incluindo a produção de óleos, sabonetes, farinhas e carvão vegetal (MIQCB, 2020). O conhecimento relacionado à coleta e ao beneficiamento do babaçu é transmitido entre gerações e integra práticas desenvolvidas por agricultoras familiares e comunidades rurais. Dessa forma, o extrativismo não constitui apenas uma atividade destinada à geração de renda, mas também está associado à reprodução de conhecimentos e modos de vida construídos coletivamente.

A organização política das quebradeiras começou a ganhar maior expressão a partir da década de 1980, inicialmente por meio de grupos de mães vinculados a Igrejas Católicas locais e com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em um contexto marcado por conflitos relacionados à terra e pela mobilização de comunidades rurais (Silva, 2017). A partir dessas experiências de organização, a mobilização das mulheres ultrapassou as relações comunitárias locais e passou a assumir uma dimensão política mais ampla. A antiga Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB) constituiu uma etapa importante desse processo, posteriormente ampliado com a criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), em 1995.

O MIQCB passou a atuar na representação dos interesses sociais, econômicos e políticos das quebradeiras, contribuindo para a articulação entre diferentes comunidades e para a reivindicação de direitos perante instituições públicas. A organização também desempenhou papel na busca por autonomia econômica, reconhecimento e visibilidade política das trabalhadoras (MIQCB, 2020). A trajetória do movimento demonstra, portanto, que a organização coletiva das quebradeiras não se limita à reivindicação de melhores condições de trabalho, mas envolve também a defesa do território, dos recursos naturais e da continuidade de seus modos de vida.

Entre as principais reivindicações das quebradeiras encontra-se a luta pelo chamado "Babaçu Livre", expressão utilizada para designar a defesa do acesso aos babaçuais. A questão decorre de

conflitos entre as trabalhadoras e proprietários rurais que restringem ou impedem a entrada em áreas onde estão localizadas as palmeiras. O cercamento de propriedades, inclusive por meio de arame farpado e cercas elétricas, constitui uma das formas pelas quais o acesso aos recursos naturais pode ser limitado, agravando os conflitos territoriais enfrentados pelas comunidades (Neto, 2017). Nesse contexto, a reivindicação pelo livre acesso aos babaçuais está diretamente relacionada à possibilidade de continuidade da atividade extrativista.

A mobilização política em torno do Babaçu Livre ganhou um importante marco em 1997, quando foram aprovadas as primeiras leis municipais relacionadas ao tema no Maranhão. Essas legislações buscaram garantir às quebradeiras o acesso e o uso comum dos babaçuais, além de estabelecer medidas de proteção às palmeiras (MIQCB, 2020). A existência dessas normas, contudo, não eliminou os conflitos territoriais enfrentados pelas trabalhadoras. A permanência de restrições ao acesso às áreas de coleta demonstra que o reconhecimento jurídico de determinados direitos não necessariamente corresponde à sua efetivação nas práticas cotidianas.

As condições materiais de realização do trabalho também constituem uma dimensão importante da experiência das quebradeiras. A atividade envolve longas jornadas, deslocamento até as áreas de coleta e esforço físico intenso, frequentemente realizado sob condições climáticas adversas. A quebra do coco é uma atividade manual e repetitiva, tradicionalmente realizada com instrumentos simples. Conforme registrado no material documental analisado nesta pesquisa, a trabalhadora posiciona o machado no chão, com a lâmina voltada para cima, fixa o coco sobre a lâmina e utiliza um pedaço de madeira para golpeá-lo até que o fruto seja aberto (Maria.domingas853, 2024). O procedimento exige força física e atenção constante, uma vez que o manuseio da ferramenta envolve riscos de acidentes.

Além do esforço físico, as trabalhadoras estão expostas a condições ambientais que podem aumentar os riscos à saúde, como exposição prolongada ao sol, calor, picadas de insetos e contato com animais peçonhentos. A dissertação de Ramalho (2024) também evidencia problemas relacionados às condições de trabalho e à saúde das mulheres quebradeiras. A ausência ou insuficiência de equipamentos de proteção individual e de estruturas sanitárias adequadas contribui para a precarização da atividade. Essas condições devem ser compreendidas em conjunto com as dificuldades de acesso aos babaçuais, uma vez que a possibilidade de trabalhar depende diretamente da disponibilidade e do acesso aos recursos naturais dos quais as comunidades retiram sua subsistência.

A dimensão econômica também evidencia a vulnerabilidade da atividade. O trabalho das quebradeiras historicamente apresenta baixa remuneração e forte dependência das oscilações do preço do babaçu. No perfil de Maria Domingas analisado como fonte documental, a trabalhadora relatou que, em novembro de 2024, a amêndoa bruta era comercializada a aproximadamente R$ 3,00 por quilograma e que eram quebrados, em média, cerca de 10 quilogramas por dia. O próprio relato, entretanto, ressalta que esse valor não é fixo e que a atividade não é realizada durante todo o dia em razão do desgaste físico e da disponibilidade variável da matéria-prima (Maria.domingas853, 2024). O dado é utilizado aqui como exemplo de uma experiência individual documentada, e não como parâmetro geral de remuneração de todas as quebradeiras.

Outro elemento que interfere na renda dessas trabalhadoras é a presença de intermediários na cadeia produtiva. Os chamados "atravessadores" podem adquirir a produção diretamente das quebradeiras por valores reduzidos e posteriormente revendê-la, estabelecendo uma relação desigual na distribuição do valor produzido (Araújo e Silva, 2017). A atuação do MIQCB e de outras formas de organização coletiva pode ser compreendida, nesse contexto, como parte das estratégias utilizadas pelas trabalhadoras para ampliar sua autonomia e fortalecer sua capacidade de reivindicação diante dessas relações econômicas.

A atividade extrativista também possui uma relação direta com a preservação dos babaçuais. A continuidade do trabalho das quebradeiras depende da manutenção das palmeiras e do acesso às áreas onde elas estão localizadas. Por isso, a defesa da atividade econômica e a defesa ambiental não aparecem como demandas separadas, mas como dimensões relacionadas da mesma luta. O lema "floresta em pé é floresta com mulher", mobilizado pelo MIQCB, expressa essa relação entre a permanência das mulheres em seus territórios, a continuidade de seus modos de vida e a preservação dos recursos naturais (MIQCB, 2021).

A experiência das quebradeiras permite, assim, observar a articulação entre trabalho, gênero, território e meio ambiente. Seu trabalho produtivo foi historicamente tratado, em determinados contextos familiares e econômicos, como uma forma de "ajuda" ou como uma atividade secundária, apesar de sua contribuição para a renda e para a reprodução das famílias (Saffioti, 2004; Silva, 2017). A organização coletiva das trabalhadoras contribuiu para deslocar essa percepção, afirmando o extrativismo como atividade produtiva e como dimensão da autonomia econômica das mulheres.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres, inclusive no âmbito familiar (Brasil, 1988). Entretanto, as experiências das quebradeiras demonstram

que a existência de igualdade formal não elimina as desigualdades materiais relacionadas ao acesso à terra, aos recursos econômicos e aos meios necessários para o exercício de seus direitos. Os conflitos fundiários, as restrições de acesso aos babaçuais e os relatos de criminalização e violência apresentados pelo MIQCB evidenciam que a questão territorial permanece central para essas trabalhadoras (MIQCB, 2022).

Nesse sentido, a trajetória das quebradeiras pode ser analisada a partir das contribuições do feminismo decolonial, sobretudo quando se considera que as relações de gênero não estão dissociadas das estruturas históricas de poder que organizam o acesso à terra, aos recursos e ao reconhecimento social. A perspectiva decolonial permite questionar formas de conhecimento e de organização social que tomam como universais experiências construídas a partir de contextos específicos, valorizando, em contraposição, os saberes e as práticas produzidos por sujeitos historicamente marginalizados (Ballestrin, 2013).

2.1 Feminismo Decolonial e as Quebradeiras de Coco Babaçu nas Relações Internacionais.

O pensamento decolonial constitui uma perspectiva crítica voltada à análise da permanência de estruturas de poder, conhecimento e classificação social constituídas historicamente pela colonialidade. No contexto latino-americano, Ballestrin (2013) apresenta o giro decolonial como uma crítica às hierarquias que permanecem presentes mesmo após o fim formal dos processos coloniais. A perspectiva chama atenção para a continuidade de relações de poder que ultrapassam a dominação política direta e alcançam a produção do conhecimento, as relações sociais e as formas de organização econômica.

Aplicada à experiência das quebradeiras de coco babaçu, essa abordagem possibilita questionar a separação entre questões consideradas locais e processos mais amplos de poder. A disputa pelo acesso aos babaçuais, por exemplo, não envolve apenas uma questão econômica individual. Ela está relacionada à propriedade da terra, à utilização dos recursos naturais, às formas de organização do trabalho e à capacidade de diferentes grupos de definir quem pode acessar e utilizar determinado território. A experiência dessas mulheres permite, portanto, observar como relações de poder territorialmente situadas também produzem efeitos sobre grupos inseridos em estruturas econômicas mais amplas.

A contribuição de María Lugones para o feminismo decolonial é particularmente relevante nesse debate. Ao formular o conceito de colonialidade do gênero, a autora evidencia que as relações

de gênero devem ser compreendidas em articulação com raça e com os processos históricos de colonização. Essa perspectiva permite afastar uma compreensão universalizante da categoria "mulher" e reconhecer que mulheres inseridas em diferentes posições sociais experimentam relações de poder de maneiras distintas (Lugones, 2007, 2008).

No caso das quebradeiras, essa abordagem permite analisar como gênero, raça, classe e território se articulam em uma experiência marcada pelo trabalho rural e extrativista. A interseccionalidade, nesse sentido, não constitui um tipo específico de feminismo, mas uma ferramenta analítica para compreender a atuação simultânea de diferentes eixos de desigualdade. A formulação de Kimberlé Crenshaw é fundamental para essa perspectiva, ao demonstrar que determinadas experiências de discriminação não podem ser compreendidas adequadamente quando raça e gênero são analisados de maneira isolada. No contexto brasileiro, as contribuições de Lélia Gonzalez também são relevantes para compreender as especificidades históricas das experiências de mulheres negras e latino-americanas (Gonzalez, 2020).

A partir dessa lente, a experiência das quebradeiras não deve ser reduzida a uma narrativa de vulnerabilidade. A organização coletiva do MIQCB, a reivindicação pelo Babaçu Livre e a defesa dos territórios demonstram a capacidade dessas mulheres de produzir estratégias próprias de resistência e participação política. Seus conhecimentos sobre o manejo do babaçu e sobre as condições concretas dos territórios também constituem formas de conhecimento que podem ser incorporadas à análise das relações de poder.

Essa perspectiva dialoga diretamente com as contribuições de Cynthia Enloe para as Relações Internacionais. Ao questionar quais sujeitos e atividades são tradicionalmente considerados relevantes para a política internacional, Enloe demonstra a importância de observar as relações de gênero presentes em estruturas políticas e econômicas que frequentemente parecem neutras. Sua abordagem permite deslocar o olhar das instituições formais e dos atores tradicionalmente reconhecidos pelas RI para as relações sociais e de trabalho que sustentam processos econômicos mais amplos (Enloe, 2014).

No caso das quebradeiras, esse deslocamento permite compreender que uma atividade realizada em comunidades rurais brasileiras também pode ser analisada a partir das Relações Internacionais quando está inserida em cadeias produtivas, relações econômicas, disputas territoriais e processos de circulação de mercadorias e conhecimentos. A perspectiva feminista, portanto, amplia o objeto das RI ao incorporar experiências de mulheres que tradicionalmente

permaneceram fora das narrativas centradas no Estado e nas instituições formais.

A contribuição de J. Ann Tickner também é importante para essa análise. Ao questionar pressupostos masculinistas presentes nas teorias tradicionais das Relações Internacionais, Tickner amplia a compreensão de segurança para além da proteção militar do Estado. Em sua perspectiva, questões relacionadas à violência, às condições materiais de existência e às desigualdades estruturais também precisam ser consideradas na análise da segurança (Tickner, 1992, 1997).

Para as quebradeiras de coco babaçu, essa ampliação permite compreender que a segurança não se limita à ausência de conflitos armados. O acesso ao território, a preservação dos babaçuais, a proteção diante de conflitos fundiários e a possibilidade de exercer uma atividade econômica sem violência ou criminalização também integram as condições necessárias para a reprodução de suas vidas e comunidades. A partir dessa perspectiva, questões tradicionalmente classificadas como locais, rurais ou econômicas passam a ser compreendidas como parte de relações de poder relevantes para as Relações Internacionais.

A experiência das quebradeiras evidencia, ainda, uma concepção relacional de poder. Sua atuação coletiva não se restringe à oposição às estruturas que limitam seu acesso aos recursos naturais, mas envolve a construção de redes de solidariedade, organização política e reivindicação de direitos. O MIQCB constitui, nesse sentido, um espaço por meio do qual demandas individuais e comunitárias podem ser transformadas em pautas políticas mais amplas (MIQCB, 2020).

Dessa maneira, a análise das quebradeiras de coco babaçu a partir das teorias feministas e decoloniais das Relações Internacionais permite compreender a articulação entre gênero, trabalho, território, raça, classe e meio ambiente sem reduzir essas mulheres a vítimas passivas de estruturas de poder. Ao contrário, suas práticas de organização e resistência demonstram como sujeitos historicamente marginalizados também produzem conhecimento, constroem formas de ação política e disputam os sentidos atribuídos ao território e aos recursos naturais.

3. O Feminismo Decolonial E As Coletoras De Café Na Colômbia

A história das coletoras de café na Colômbia está diretamente relacionada ao desenvolvimento da cafeicultura no país, cuja consolidação ocorreu a partir do final do século XIX, tornando-se posteriormente uma das atividades de maior relevância para a economia colombiana. Desde a expansão dos cultivos comerciais, as mulheres participaram das atividades relacionadas à produção

e à colheita do café, embora sua contribuição tenha sido historicamente menos reconhecida do que a dos homens envolvidos na atividade (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, 2022).

As coletoras de café integram a força de trabalho rural vinculada à cadeia produtiva cafeeira e atuam, sobretudo, em propriedades agrícolas localizadas em regiões tradicionalmente associadas à produção do grão, como Antioquia, Huila, Tolima, Cauca e Nariño, além dos departamentos que compõem o Eje Cafetero, Caldas, Quindío e Risaralda. A atividade de colheita é marcada por características sazonais e, historicamente, esteve associada a relações de trabalho informais e a condições econômicas pouco favoráveis aos trabalhadores rurais. Nesse contexto, a participação feminina precisa ser compreendida não apenas a partir de sua presença quantitativa na produção, mas também das relações sociais que contribuíram para tornar seu trabalho menos visível e menos valorizado (Benería; Deere, 1999; Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, 2022).

A divisão sexual do trabalho também esteve presente na organização da cafeicultura. Em diferentes contextos rurais, as mulheres foram associadas a atividades consideradas complementares à produção, sendo frequentemente identificadas como ajudantes de seus maridos ou familiares, em vez de reconhecidas como trabalhadoras e produtoras. Essa representação contribuiu para a invisibilização de sua participação econômica e para a reprodução de desigualdades relacionadas ao gênero e ao trabalho rural. Ao longo das últimas décadas, entretanto, organizações rurais e iniciativas voltadas à participação feminina passaram a ampliar a visibilidade das mulheres dentro da cadeia cafeeira, destacando sua contribuição econômica e social para a atividade (Benería; Deere, 1999).

Os dados da Federación Nacional de Cafeteros de Colombia ajudam a dimensionar essa participação. Segundo informações do Sistema de Informação do Café, ao final de 2020 estavam registradas 159.478 mulheres produtoras e coletoras, correspondendo a aproximadamente 30% dos 523.961 cafeicultores registrados no país (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia, 2022). Esses dados demonstram que a participação das mulheres não constitui um fenômeno marginal dentro da cafeicultura colombiana. Ao contrário, sua presença representa uma parcela significativa do setor e permite questionar representações que associam o trabalho produtivo rural predominantemente aos homens.

A análise dessa realidade a partir do feminismo decolonial permite deslocar a compreensão das desigualdades de uma perspectiva exclusivamente econômica ou de gênero. A participação das mulheres na cafeicultura está inserida em relações históricas de poder que envolvem trabalho,

território, raça, etnia e classe. Dessa maneira, compreender a experiência das coletoras exige considerar que diferentes marcadores sociais podem produzir formas distintas de inserção e vulnerabilidade dentro de uma mesma atividade econômica.

Essa perspectiva também permite reconhecer que as experiências das mulheres colombianas não são homogêneas. O caso das mulheres trans indígenas mencionado em fontes jornalísticas constitui uma experiência específica dentro desse universo mais amplo e evidencia como gênero e pertencimento étnico podem se articular na produção de formas particulares de exclusão e vulnerabilidade. Em 2021, por exemplo, a Prensa Latina registrou a presença e a visibilidade de mulheres trans indígenas vinculadas ao trabalho em propriedades cafeeiras colombianas, apresentando essa participação como parte de uma trajetória de inserção econômica e afirmação identitária (Prensa Latina, 2021). Esse caso não deve, contudo, ser generalizado para o conjunto das coletoras de café, mas pode ser mobilizado para demonstrar a heterogeneidade das experiências femininas no espaço rural colombiano.

A interseccionalidade contribui, nesse sentido, para compreender como diferentes relações de poder se articulam nas experiências concretas das mulheres. A partir de Crenshaw (1989), a análise interseccional evidencia que gênero não atua de maneira isolada, uma vez que sua experiência social pode ser atravessada simultaneamente por raça, classe, etnia e outros marcadores. No caso das mulheres trans indígenas mencionadas nas fontes analisadas, a articulação entre identidade de gênero e pertencimento étnico permite observar como diferentes formas de marginalização podem se sobrepor. Entretanto, essa dimensão específica deve ser distinguida da experiência das coletoras de café em geral, evitando a homogeneização de grupos distintos.

O feminismo decolonial amplia essa discussão ao questionar as estruturas históricas que definiram quais sujeitos, conhecimentos e experiências seriam reconhecidos como legítimos. Para Lugones (2007; 2008), a colonialidade do gênero está relacionada à maneira pela qual as estruturas coloniais produziram e mantiveram hierarquias sociais e de gênero, afetando de maneira diferenciada mulheres racializadas e pertencentes a grupos historicamente marginalizados. A contribuição dessa perspectiva para a análise das coletoras de café está, portanto, em possibilitar a compreensão do trabalho rural feminino como uma experiência atravessada por relações históricas de poder, e não apenas como uma questão de participação econômica.

Nesse sentido, o trabalho das coletoras pode ser analisado como parte de uma realidade rural na qual a divisão sexual do trabalho, a desigualdade econômica e as formas de reconhecimento social

se relacionam. A perspectiva decolonial permite questionar a ideia de que determinadas atividades produtivas constituem apenas funções auxiliares desempenhadas pelas mulheres e evidencia a necessidade de reconhecer seus conhecimentos, sua participação econômica e sua capacidade de organização. Assim, as coletoras deixam de aparecer exclusivamente como trabalhadoras inseridas em uma cadeia produtiva e passam a ser compreendidas como sujeitos que participam da construção e da reprodução de conhecimentos e práticas sociais no território rural.

A própria atuação institucional da Federación Nacional de Cafeteros de Colombia demonstra uma ampliação da visibilidade pública dessas trabalhadoras. Em 2021, a Federação realizou uma homenagem às mulheres colombianas envolvidas na produção e na colheita de café por ocasião do Dia Internacional da Mulher Rural, celebrado em 15 de outubro. A iniciativa foi divulgada também por meio de um podcast e destacou a participação das mulheres como parte das possibilidades de desenvolvimento da cafeicultura colombiana (Prensa Latina, 2021). Embora esse tipo de reconhecimento institucional não elimine as desigualdades estruturais presentes no setor, ele constitui um registro da crescente visibilidade atribuída à participação feminina na atividade.

A partir dessa perspectiva, o caso colombiano evidencia que a invisibilidade do trabalho feminino não significa ausência de participação. As mulheres estão inseridas na produção cafeeira e desempenham funções relevantes para sua continuidade, ainda que o reconhecimento de seu trabalho seja historicamente desigual. A análise feminista decolonial permite, portanto, deslocar o olhar das estruturas tradicionais de poder para as experiências e formas de participação desses sujeitos, valorizando conhecimentos e práticas que foram frequentemente colocados em posições secundárias.

Essa discussão também contribui para a dimensão comparativa deste estudo. Embora as quebradeiras de coco babaçu no Brasil e as coletoras de café na Colômbia estejam inseridas em atividades produtivas distintas, ambas permitem observar como o trabalho rural feminino pode ser atravessado por relações de gênero, desigualdade econômica, invisibilidade e disputas em torno do reconhecimento. A comparação não pressupõe que as experiências sejam idênticas, mas busca identificar aproximações e diferenças nas formas pelas quais essas mulheres se inserem no trabalho, constroem estratégias de resistência e reivindicam visibilidade.

Dessa maneira, o feminismo decolonial constitui uma ferramenta teórica para compreender as coletoras de café para além da condição de mão de obra rural. Ao considerar as relações entre gênero, território, trabalho, raça, etnia e classe, essa abordagem permite reconhecer a pluralidade

das experiências femininas na cafeicultura colombiana e questionar as estruturas que historicamente contribuíram para sua invisibilização. O caso das coletoras, assim como o das quebradeiras de coco babaçu, demonstra a importância de incorporar sujeitos e experiências tradicionalmente marginalizados às análises das relações de poder, ampliando o campo de investigação das Relações Internacionais a partir de perspectivas situadas no Sul Global.

4. A "quarta onda" feminista e o recorte temporal: os impactos da pandemia

O recorte temporal de 2020 a 2022 foi definido a partir da convergência de dois processos que afetaram as experiências das quebradeiras de coco babaçu no Brasil e das coletoras de café na Colômbia: os impactos da pandemia de COVID-19 sobre as atividades produtivas e a consolidação de formas contemporâneas de mobilização feminista associadas ao ambiente digital. Nesse sentido, o período permite observar simultaneamente transformações nas condições de trabalho e nas possibilidades de comunicação, organização e visibilidade dessas mulheres.

A chamada "quarta onda" feminista é frequentemente associada à expansão das redes sociais e do ativismo digital a partir do final dos anos 2000 e início dos anos 2010. Essas ferramentas ampliaram as possibilidades de circulação de pautas relacionadas a gênero, trabalho, violência e desigualdade, permitindo que diferentes sujeitos produzissem e compartilhassem suas próprias narrativas (Rezende, 2023). Entretanto, o conceito de "onda" deve ser utilizado com cautela, uma vez que pode sugerir uma evolução linear do feminismo e ocultar a diversidade de temporalidades e experiências, especialmente entre mulheres do Sul Global (Burigo, 2018; Vergès, 2019).

Neste artigo, portanto, a expressão "quarta onda" é empregada como categoria descritiva das formas contemporâneas de mobilização relacionadas às tecnologias digitais, e não como uma etapa universal ou necessariamente mais avançada da trajetória feminista. Essa ressalva é particularmente importante para a análise das trabalhadoras rurais estudadas, cujas formas de organização e resistência são anteriores à expansão das redes sociais e estão relacionadas a contextos históricos, territoriais e comunitários específicos.

No caso das quebradeiras de coco babaçu, o corpus analisado apresenta registros concretos da utilização das redes sociais para ampliar a visibilidade de seu trabalho. O perfil de Maria Domingas (@maria.domingas853), no TikTok, constitui um exemplo de produção de conteúdo diretamente relacionada ao cotidiano das quebradeiras, às condições de trabalho e à comercialização do babaçu (Maria.domingas853, 2024). Esse registro demonstra como as plataformas digitais podem constituir

espaços adicionais de comunicação e produção de narrativas sobre experiências que historicamente permaneceram pouco visíveis no debate público.

Para as coletoras de café na Colômbia, as fontes analisadas permitem identificar principalmente iniciativas institucionais de comunicação e reconhecimento da participação feminina na cafeicultura. Em 2021, a Federación Nacional de Cafeteros de Colombia promoveu uma homenagem às mulheres vinculadas à produção cafeeira no Dia Internacional da Mulher Rural, divulgada também por meio de podcast (Prensa Latina, 2021). Embora essas evidências não permitam afirmar que as coletoras colombianas tenham utilizado as redes sociais de maneira homogênea ou equivalente às quebradeiras brasileiras, elas demonstram a existência de espaços contemporâneos de visibilidade da participação feminina no setor.

A pandemia de COVID-19 acrescentou uma dimensão econômica e social particularmente relevante ao período analisado. As medidas de isolamento e as restrições de circulação afetaram feiras, mercados locais, transporte e diferentes circuitos de comercialização, atingindo trabalhadoras cuja renda dependia diretamente das atividades rurais e extrativistas (Ramalho, 2024). No caso das quebradeiras de coco babaçu, a interrupção dos canais tradicionais de venda dificultou a comercialização do coco e de seus derivados e agravou dificuldades econômicas que já estavam presentes antes da crise sanitária (Pereira, 2021).

Durante a pandemia, o preço da amêndoa do babaçu, que anteriormente variava entre R$ 1,00 e R$ 1,50 por quilograma no mercado interno, chegou a aproximadamente R$ 0,50 por quilograma, dependendo da região e das condições locais de comercialização (Pereira, 2021). A redução do valor pago pelo produto afetou diretamente a renda das extrativistas e intensificou a vulnerabilidade econômica dessas trabalhadoras.

Na Colômbia, as restrições de mobilidade e as perturbações nas cadeias de comercialização também afetaram as atividades relacionadas à cafeicultura. Segundo a Federación Nacional de Cafeteros de Colombia (2021, 2022), o período foi marcado por dificuldades logísticas e alterações nas condições de produção e comercialização do café, afetando especialmente trabalhadores dependentes da atividade sazonal. Essas dificuldades foram acompanhadas pelo aumento das responsabilidades domésticas e de cuidado não remunerado atribuídas às mulheres.

Dessa forma, o período de 2020 a 2022 permite analisar a sobreposição entre vulnerabilidades econômicas preexistentes e os efeitos extraordinários da pandemia. Ao mesmo tempo, a expansão das formas digitais de comunicação ofereceu novas possibilidades de circulação de informações,

visibilidade e contato entre produtoras, organizações e consumidores, ainda que seu acesso e utilização tenham ocorrido de maneira desigual.

A análise conjunta desses processos demonstra que a chamada quarta onda não substituiu as formas históricas de organização das trabalhadoras rurais. No caso das quebradeiras de coco babaçu, por exemplo, sua mobilização coletiva e suas reivindicações territoriais são anteriores às redes sociais e permanecem fundamentais para a compreensão de sua atuação política. As tecnologias digitais devem, portanto, ser compreendidas como uma dimensão adicional das estratégias de comunicação e visibilidade, e não como origem de suas formas de resistência.

Assim, o recorte de 2020 a 2022 possibilita observar tanto os efeitos da pandemia sobre o trabalho e a renda quanto as formas contemporâneas pelas quais essas mulheres puderam produzir e ampliar narrativas sobre suas experiências. A articulação entre esses elementos contribui para compreender como gênero, trabalho, território e desigualdade se manifestaram em um período de intensa transformação social, mantendo como eixo central a análise das experiências das quebradeiras de coco babaçu e das coletoras de café a partir das perspectivas feministas das Relações Internacionais.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo buscou compreender as experiências das quebradeiras de coco babaçu no Brasil e das coletoras de café na Colômbia a partir das perspectivas feministas das Relações Internacionais, tendo as quebradeiras como foco principal e as coletoras colombianas como elemento comparativo. A partir do recorte temporal de 2020 a 2022, foi possível observar como gênero, trabalho, território e condições econômicas atravessam as experiências dessas trabalhadoras e como suas formas de organização e resistência questionam perspectivas tradicionais que tendem a afastar as experiências de mulheres rurais e trabalhadoras das discussões sobre poder e relações internacionais.

No caso das quebradeiras de coco babaçu, a atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) evidencia a importância da organização coletiva na defesa do território, da preservação ambiental e da autonomia econômica. A reivindicação pelo “Babaçu Livre” demonstra que o trabalho extrativista não pode ser compreendido apenas como atividade econômica, pois está relacionado ao acesso à terra, à preservação dos recursos naturais e à

Trans-pasando Fronteras, Núm. 22, 2025. Cali-Colombia
ISSN 2248-7212 • ISSN-e 2322-9152

reprodução das comunidades. Nesse sentido, a perspectiva feminista e decolonial contribui para compreender como relações de gênero, classe e território se articulam na produção de desigualdades e, simultaneamente, na construção de formas próprias de resistência.

As coletoras de café na Colômbia, por sua vez, permitiram ampliar a análise para outro contexto de trabalho rural marcado por desigualdades econômicas e de gênero. A comparação evidenciou que, apesar das diferenças entre as atividades extrativista e cafeeira e entre os contextos nacionais, existem desafios relacionados à valorização do trabalho feminino, à participação econômica e à vulnerabilidade das trabalhadoras diante das transformações nas cadeias produtivas. Dessa forma, a comparação não pressupõe experiências idênticas, mas permite identificar aproximações e diferenças na maneira como gênero e trabalho rural se articulam em contextos distintos.

O período de 2020 a 2022 acrescentou uma dimensão específica a essas experiências. A pandemia de COVID-19 afetou circuitos de comercialização, mobilidade e renda, aprofundando dificuldades já existentes para trabalhadoras dependentes de atividades rurais e extrativistas. Ao mesmo tempo, o ambiente digital passou a constituir um espaço adicional de comunicação e visibilidade. No caso brasileiro, o registro do perfil de Maria Domingas no TikTok demonstra uma possibilidade concreta de circulação de narrativas produzidas por uma quebradeira de coco sobre seu cotidiano e seu trabalho. Para as coletoras colombianas, as fontes analisadas permitem identificar iniciativas institucionais de visibilidade da participação feminina na cafeicultura, embora não sejam suficientes para afirmar a existência de uma dinâmica de ativismo digital equivalente à observada no caso brasileiro.

Assim, a chamada "quarta onda" feminista foi utilizada neste estudo como uma categoria para compreender formas contemporâneas de mobilização e circulação de discursos no ambiente digital, sem desconsiderar que as formas de organização das trabalhadoras analisadas são anteriores às redes sociais. A dimensão digital deve ser compreendida, portanto, como parte de um contexto mais amplo de comunicação e visibilidade, e não como origem das práticas de resistência dessas comunidades.

Os resultados reforçam, por fim, a contribuição das perspectivas feministas das Relações Internacionais para ampliar os objetos e sujeitos considerados relevantes pela disciplina. Ao deslocar o olhar para mulheres trabalhadoras rurais e extrativistas, a análise evidencia que questões relacionadas ao trabalho, ao território, à produção, à desigualdade e à preservação ambiental também estão inseridas em relações de poder que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nesse

sentido, as experiências das quebradeiras de coco babaçu e das coletoras de café demonstram a importância de considerar sujeitos historicamente marginalizados na produção de conhecimento sobre as relações internacionais, reconhecendo suas formas próprias de organização, resistência e produção de conhecimento.

Trans-pasando Fronteras, Núm. 22, 2025. Cali-Colombia
ISSN 2248-7212 • ISSN-e 2322-9152

Referências

Araújo e Silva, L. (2017). Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais. P2P e Inovação, 3(2), 161–176. https://doi.org/10.21721/p2p.2017v3n2.p161-176

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, (11), 89–117. https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004

Barbosa, V. de O. (2013). Mulheres do babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão].

Benería, L., & Deere, C. D. (1999). The feminization of agriculture? Economic restructuring in rural Latin America. International Labour Organization.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Burigo, J. (2018, 13 de março). Feminismo sem máscaras. Rua da Margem. https://www.ruadamargem.com/inovacao/2018/3/13/feminismo-sem-mscaras-z9zeh

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989(1), 139–167.

Deere, C. D., & León, M. (2001). Empowering women: Land and property rights in Latin America. University of Pittsburgh Press.

Enloe, C. (2014). Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics (2nd ed.). University of California Press.

Federación Nacional de Cafeteros de Colombia. (n.d.). ¿Quiénes somos? https://federaciondecafeteros.org/quienes-somos/

González, L. (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In F. Rios & M. Lima (Eds.), Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos (pp. 43–64). Zahar.

Guimarães, F. de S. (2021). Teoria das relações internacionais. Contexto.

LeGates, M. (1996). Making waves: A history of feminism in Western society. Copp Clark.

Lugones, M. (2007). Heterosexualism and the colonial/modern gender system. Hypatia, 22(1), 186–209. https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2007.tb01156.x

Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. Tabula Rasa, (9), 73–101. https://doi.org/10.25058/20112742.340

Maria.domingas853. (2024). Perfil oficial no TikTok. TikTok. https://www.tiktok.com/@maria.domingas853

Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu. (n.d.). Sobre nós. https://www.miqcb.org/sobre-nos

Neto, J. S. (2017). Quebradeiras de coco: "Babaçu livre" e reservas extrativistas. Veredas do Direito, 14(28), 147–166. https://doi.org/10.18623/rvd.v14i28.981

Pereira, C. E. G. (2021). Coronavírus e seus defrontes no agroextrativismo de coco babaçu de Arajara, Barbalha, Ceará. Mutirõ: Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, 2(3), 145–159. https://doi.org/10.51359/2675-3472.2021.252425

Rezende, A. de P. (2023). As vozes silenciadas no #MeToo: Uma análise feminista decolonial sobre os desafios interseccionais nos Estados Unidos e na Índia [Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de Goiás].

Saffioti, H. (2004). Gênero, patriarcado, violência. Fundação Perseu Abramo.

Silva, D. do P. B. e. (2017). Planejamento familiar e direitos reprodutivos no Brasil e na Colômbia em uma perspectiva comparada [Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de Goiás].

Tickner, J. A. (1992). Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security. Columbia University Press.

Tickner, J. A. (1997). You just don't understand: Troubled engagements between feminists and International Relations theorists. International Studies Quarterly, 41(4), 611–632. https://doi.org/10.1111/0020-8833.00062

Vergès, F. (2019). Um feminismo decolonial (J. P. Dias & R. Camargo, Trads.). Ubu Editora.